Centro Social e Paroquial de Ferreirim



Relatório e Contas 2019

"Prolongar a juventude é o desejo de todos, desfrutar de uma velhice sadia é sabedoria de poucos."

"Cícere"

Índice:

1 – Demonstrações financeiras;

2 – Informação anexa à demonstração de resultados por naturezas e por atividade;

3 – Relatório de atividades;

4 – Balancete analítico e Balancete Razão;

5 – Mapa de controlo de subsídio ao investimento;

6 – Certidões de não dívida às Finanças e Segurança Social;

7 - Ata de aprovação de Contas pela Direcção;

8 - Ata do parecer do Órgão de Fiscalização sobre as Contas;

9 – Ata de aprovação de Contas pela Assembleia-Geral.

10 – Declaração.

11 - Declaração de Responsabilidade Final de Exercício.

O Presidente da Direcção,

Centro Social e Paroquial de Ferreirim

Demonstrações Financeiras Individuais

Exercício 2019

Índice

BALANÇO INDIVIDUAL 6

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL 7

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR ATIVIDADE 8

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO 8

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA 9

ANEXO 10

1 Identificação da entidade e período de relato 10
1.1 Designação da entidade 10
1.2 Sede 10
1.3 Natureza da atividade 10

2 Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras 10
2.1 Indicação do referencial contabilístico 10
2.2 Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade. 11
2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas. 12

3 Políticas Contabilísticas 12
3.1 Ativos Fixos Tangíveis 12
3.2 Investimentos Financeiros 13
3.3 Ativos não correntes 13
3.4 Inventários 13
3.5 Créditos a receber 14
3.6 Estado e outros entes públicos e imposto sobre o rendimento 14
3.7 Fundadores, Beneméritos, Patrocinadores, Doadores, Associados e Membros 15
3.8 Acréscimos e diferimentos 15
3.9 Caixa e Depósitos Bancários 16
3.10 Imparidade de ativos 16
3.11 Fundos patrimoniais 17
3.12 Excedentes de revalorização 17
3.13 Ajustamentos / Outras variações no capital próprio 17

3.14	Passivos não correntes	18
3.15	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	18
3.16	Financiamentos obtidos e gastos com financiamento	19
3.17	Outras dívidas a pagar e fornecedores	20
3.18	Vendas e prestação de serviços	20
3.19	Subsídios	20
3.20	Benefícios dos empregados	21
3.21	Rendimentos financeiros	21
3.22	Juízos de valor que os responsáveis da Entidade utilizaram no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras	22
3.23	Principais pressupostos relativos ao futuro	22
3.24	Adoção pela primeira vez da NCRF -ESNL (divulgação transitória)	22
4	Fluxos de caixa	23
4.1	Comentário dos responsáveis pela Entidade sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso	23
4.2	Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários	23
5	Alterações de políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	23
5.1	Aplicação inicial da disposição de uma NCRF com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou com possíveis efeitos em períodos futuros	23
5.2	Alteração voluntária em políticas contabilísticas com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior (sendo impraticável determinar a quantia de ajustamento), ou com possíveis efeitos em períodos futuros	23
5.3	Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos	23
5.4	Erros materiais de períodos anteriores	23
6	Ativos fixos tangíveis	24
6.1	Divulgações sobre ativos fixos tangíveis	24
6.2	Depreciações reconhecidas em resultados e depreciações acumuladas	24
6.3	Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos;	25
6.4	Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis	25
6.5	Ativo fixo tangível expresso por quantias revalorizadas	25
7	Investimentos financeiros	25
8	Inventários	25
8.1	Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada	25
8.2	Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas	26
8.3	Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período	26

8.4 Quantia de ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período 26
8.5 Quantia de reversão de ajustamento reconhecida, nomeadamente, como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período 26
8.6 Circunstâncias ou acontecimentos que conduziram à reversão de um ajustamento de inventários 26
8.7 Quantia escriturada de inventários dados como penhor de garantia a passivos 27
8.8 Quantia de juros incluídos nos custos de produção de inventários 27

9 Créditos a receber 27

10 Estado e outros entes públicos 27

11 Diferimentos 27

12 Outros ativos 28

13 Fundos 28

14 Reservas 28

15 Resultados transitados 29

16 Outras variações nos capitais próprios 29

17 Financiamentos obtidos 30
17.1 Gastos com financiamentos obtidos capitalizados durante o período 30
17.2 Ativos dados em garantia, como colateral de passivos ou passivos contingentes (Colaterais) 30
17.3 Situações de incumprimento para empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço 30
17.4 Financiamentos obtidos cuja duração residual seja superior a cinco anos 30

18 Fornecedores 30

19 Outros passivos 30

20 Venda e prestação de serviços 31

21 Subsídios, doações e legados à exploração 31

22 Fornecimentos e serviços externos (FSE) 32

23 Gastos com pessoal 32

24 Outros rendimentos 33

25 Outros gastos 34
26 Juros e rendimentos similares obtidos 34
27 Juros e gastos similares suportados 34
28 Imposto sobre o rendimento do período 34
29 Acontecimentos após a data do balanço 35
29.1 Autorização para emissão 35
29.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço 35
29.3 Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos 35
30 Divulgações exigidas por diplomas legais 35
31 Outras informações 35
32 Termo de responsabilidade 35

BALANÇO INDIVIDUAL

Unidade monetária: Euro (Arrend: Cent)

RUBRICAS	Notas	Período 31-12-2019	Período 31-12-2018
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	1,462,727.65	1,476,418.61
Investimentos financeiros	7	3,759.60	3,006.84
		1,466,487.25	1,479,425.45
Ativo corrente			
Inventários	8	872.17	1,876.59
Clientes (créditos a receber)	9	5,880.15	2,998.15
Adiantamentos a fornecedores (créditos a receber)	9	0.00	14,340.72
Estado e outros entes públicos	10	7,596.52	2,256.91
Outras contas a receber	12	25,292.49	10,988.92
Diferimentos	11	56.70	2,764.88
Caixa e depósitos bancários	4	521,911.96	375,127.17
		561,609.99	410,353.34
Total do ativo		2,028,097.24	1,889,778.79
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	13	182,418.84	182,418.84
Reservas	14	1,079,013.05	885,393.87
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	16	537,051.70	555,100.62
Resultado líquido do período	28	94,367.56	169,346.44
Total dos fundos patrimoniais		1,892,851.15	1,792,259.77
PASSIVO			
Passivo não corrente			
		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	18	25,438.41	2,400.52
Estado e outros entes públicos	10	7,061.96	6,079.88
Financiamentos obtidos	17	-	-
Diferimentos	11	42,200.10	42,200.10
Outras contas a pagar	19	60,545.62	46,838.52
		135,246.09	97,519.02
Total do passivo		135,246.09	97,519.02
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2,028,097.24	1,889,778.79

Direção

Contabilista Certificado

CC16943

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL

Unidade monetária: Euro (Arrend: Cent)

Rubricas de rendimentos e gastos	Notas	Período 2019	Período 2018
Vendas e serviços prestados	20	347,840.31	333,257.00
Subsídios, doações e legados à exploração	21	318,538.11	291,210.16
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	8	-87,444.88	-90,126.15
Fornecimentos e serviços externos	22	-152,909.14	-120,264.67
Gastos com o pessoal	23	-293,585.92	-267,940.32
Outros rendimentos	24	25,799.06	85,710.33
Outros gastos	25	-607.53	-2,842.63
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**157,630.01**	**229,003.72**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	-63,844.29	-60,508.94
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**93,785.72**	**168,494.78**
Juros e rendimentos similares obtidos	26	581.84	851.66
Juros e gastos similares suportados		-	-
Resultado antes de impostos		**94,367.56**	**169,346.44**
Imposto sobre o rendimento do período	28	-	-
Resultado líquido do período		**94,367.56**	**169,346.44**

Direção

Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR ATIVIDADE

Unidade monetária: Euro (Arrend: Cent)

Rendimentos e Gastos	Notas	2019 Por atividade AD	2019 Por atividade CD	2019 Por atividade Lar	2019 Total	2018 Por atividade AD	2018 Por atividade CD	2018 Por atividade Lar	2018 Total
Vendas e serviços prestados									
Matriculas e mensalidades de utentes	20	69,820.70	39,873.83	238,145.78	347,840.31	81,704.00	16,217.70	235,335.30	347,840.31
Subsídios, doações e legados à exploração									
ISS, IP - Centros Distritais	21	118,705.70	14,300.73	185,531.68	318,538.11	113,257.23	15,534.66	147,475.26	318,538.11
Outros	21					6,258.18	638.59	8,046.24	14,943.01
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-36,622.21	-3,736.96	-47,085.70	-87,444.88	-37,745.14	-3,851.54	-48,529.47	-90,126.15
Fornecimentos e serviços externos	22	-64,038.87	-6,534.58	-82,335.69	-152,909.14	-50,367.25	-5,139.52	-64,757.90	-120,264.67
Gastos com o pessoal	23	-122,954.79	-12,546.41	-158,084.73	-293,585.92	-112,214.32	-11,450.44	-144,275.56	-267,940.32
Outros rendimentos e ganhos	24	10,804.73	1,102.52	13,891.80	25,799.06	35,895.78	3,662.83	46,151.72	85,710.33
Outros gastos e perdas	25	-254.44	-25.96	-327.13	-607.53	-1,190.50	-121.48	-1,530.65	-2,842.63
Resultado antes de deprec., gastos de financ. e impostos		-24,539.17	32,433.17	149,736.01	157,630.01	35,597.97	15,490.80	177,914.94	285,857.99
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6	-26,738.21	-2,728.39	-34,377.69	-63,844.29	-25,341.35	-2,585.85	-32,581.74	-60,508.94
Resultado operac. (antes de gastos de financ. e impostos)		-51,277.38	29,704.79	115,358.31	93,785.72	10,256.62	12,904.95	145,333.21	225,349.05
Juros e rendimentos similares obtidos	26	243.68	24.86	313.30	581.84	356.68	36.40	458.59	851.66
Juros e gastos similares suportados									
Resultado antes de impostos		-51,033.70	29,729.65	115,671.61	94,367.56	10,613.30	12,941.35	145,791.79	226,200.71
Impostos sobre o rendimento do periodo	28								
Resultado liquido do periodo		-51,033.70	29,729.65	115,671.61	94,367.56	10,613.30	12,941.35	145,791.79	226,200.71

Direção

Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Unidade monetária: Euro(Arrend: Cent)

Descrição Período de 2019	FUNDOS PATRIMONIAIS ATRIBUÍDOS AOS INSTITUIDORES DA ENTIDADE-MÃE: Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	182,418.84	-	885,393.87	-	-	555,100.62	169,346.44	1,792,259.77
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de excedentes de revalorização	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes de revalorização	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação de resultados o ano 2018			169,346.44				-169,346.44	-
Imputação de subsídios ao investimento						-16,076.21		-16,076.21
Imputação dos donativos ao investimento						-1,872.71		-1,872.71
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	-	-	24,272.74	-	-	-100.00	-	24,172.74
	-	-	193,619.18	-	-	-18,048.92	-169,346.44	6,223.82
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							93,798.05	93,798.05
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Fundos	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios, doações e legados	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2019	182,418.84	-	1,079,013.05	-	-	537,051.70	93,798.05	1,892,281.64

Direção

Contabilista Certificado

Orlando Gomes 17 gmios

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

Unidade monetária: Euro(Arrend: Cent)

RUBRICAS	Notas	Períodos	
		31-12-2019	31-12-2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos dos utentes	20	355,604.00	336,833.14
Pagamentos a fornecedores	18	-237,748.59	-225,075.65
Pagamentos ao pessoal	23	-197,139.26	-263,056.43
Caixa gerada pelas operações		-79,283.85	-151,298.94
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos	21	276,392.89	360,414.21
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		197,109.04	209,115.27
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	6	-50,153.33	-30,944.97
Investimentos financeiros	7	-752.76	-702.97
		-50,906.09	-31,647.94
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	24	-	-
Investimentos financeiros	7		206.64
Subsídios ao investimento	24	-	-
Juros e rendimentos similares	26	581.44	851.66
		581.44	1,058.30
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-50,324.65	-30,589.64
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	17		-91,077.28
Juros e gastos similares		-	-
		-	-91,077.28
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-	-91,077.28
Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		146,784.39	87,448.35
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	375,127.17	287,678.82
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	521,911.56	375,127.17

Direção

Contabilista Certificado

ANEXO

1 Identificação da entidade e período de relato

1.1 Designação da entidade

Centro Social e Paroquial de Ferreirim

1.2 Sede

Ferreirim, 3640-089 Ferreirim, Sernancelhe

1.3 Natureza da atividade

Atividade de apoio social para pessoas idosas, com e sem alojamento (CAE principal nº 88101 / CAE secundário: 87301).

2 Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Indicação do referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF - ESNL), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho (Aprova o SNC) – Inclui a Declaração de Retificação n.º 67 – B/2009, de 11 de setembro, as alterações resultantes da Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, do Decreto-Lei n.º 36 – A /2011, de 9 de março, do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que a república, e o Decreto Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro;
- Modelos das Demonstrações Financeiras (Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho) – Inclui as alterações introduzidas pela declaração de retificação n.º 41-B/2015, de 21 de setembro;
- Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (Aviso n.º 8259/2015, e 29 de julho) – Inclui a declaração de retificação n.º 916/2015, de 19 de outubro.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da entidade, sempre que a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF - ESNL) não responda a aspetos particulares que se coloquem a dada entidade em matéria de contabilização ou de relato financeiro de transações ou situações, e a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição

financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade deverá recorrer, tendo em vista tão-somente a supressão dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada às:

a) NCRF e Normas Interpretativas (NI);

b) Normas Internacionais de Contabilidade, atotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;

c) Normas internacionais e Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC – IFRIC.

Exceto quanto ao que for especificamente estabelecido nesta norma (NCRF - ESNL), são aqui acolhidos os conceitos, definições e procedimentos contabilísticos de aceitação generalizada em Portugal, tal como enunciados no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), tendo como base de referência a correspondente Estrutura Conceptual. Os termos e expressões utilizados nesta norma, que correspondem às constantes das NCRF, são compilados em glossário disponibilizado no sítio internet da Comissão de Normalização Contabilística.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Entidade e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no Artigo n.º 4º da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, designadamente;

- O Balanço, modelo ESNL;
- A Demonstração dos resultados por naturezas, modelo ESNL;
- A Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais;
- A Demonstração dos fluxos de caixa, modelo ESNL;
- O Anexo, modelo ESNL;

Os termos e expressões utilizados nesta norma, que correspondem aos constantes das NCRF - ESNL, são compilados em glossário disponibilizado no sítio internet da Comissão de Normalização Contabilística.

2.2 Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derrogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL que tenham produzido efeitos

materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2019, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as ESNL.

3 Políticas Contabilísticas

3.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas (conforme política descrita na nota 3.10). O gasto de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

Os gastos subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens começando quando os bens estejam disponíveis para uso, isto é, quando estiver na localização e condição necessárias para que seja capaz de operar na forma pretendida, cessando na data em que o ativo for desreconhecido. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Ativos tangíveis	Vida útil em anos (intervalo)	Taxa de depreciação (Intervalo)
Edifícios e outras construções	50	2,00%
Equipamento básico	6	16,66%
Equipamento de transporte	5	20,00%
Equipamento administrativo	6	16,66%
Outros ativos fixos tangíveis	6 a 8	12,5% - 16,66%

A Entidade revê anualmente o período de vida útil estimada de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, e encontram-se espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

As propriedades de investimento, a existir, nesta norma são reconhecidas e apresentadas como um ativo fixo tangível e seguem as políticas contabilistas da mensuração dos ativos fixos tangíveis.

3.2 Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros, encontram-se registados ao custo de aquisição. Sempre que existam indícios que o ativo possa estar em imparidade é efetuada uma avaliação destes investimentos financeiros, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir.

Em 31.12.2019, esta rubrica inclui "Fundos de Compensação de Trabalho" decorrente de imperativos legais desde 01.10.2013, e, títulos CCAM.

3.3 Ativos não correntes

Um ativo deve ser classificado como corrente quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido, no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Esteja detido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado num período até doze meses após a data do balanço; ou
- É caixa ou equivalente de caixa, a menos que lhe seja limitada a troca ou sejam usados para liquidar um passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros ativos devem ser classificados como não correntes.

O ciclo operacional de uma entidade é o tempo entre a aquisição de ativos para processamento e sua realização em caixa ou seus equivalentes. Quando o ciclo operacional normal da entidade não for claramente identificável, pressupõe-se que a sua duração seja de doze meses.

Na NCRF - ESNL em certas ocasiões poderá ser conveniente distinguir as seguintes categorias: ativos com restrições permanentes (limitações quanto ao destino ou ao investimento obrigatório dos ativos), ativos com restrições temporárias (presentes e futuras) e ativos sem restrições de uso.

3.4 Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas pelo custo ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior, sendo que a fórmula de custeio utilizada é o FIFO.

Se o valor realizável líquido for inferior, designadamente devido à diminuição da cotação do mercado, da deterioração ou obsolescência, da subida dos custos de acabamento ou dos necessários para realizar a venda, ou, ainda, do valor recuperável pelo uso da conversão dos produtos acabados cuja cotação no mercado tenha sido reduzida, justifica-se o reconhecimento de imparidades nos períodos em que as necessidades de ajustamentos são constatadas, utilizando o custo de reposição como referencial.

Os produtos acabados e intermédios, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de conversão (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra, gastos gerais de fabrico e custos de empréstimos obtidos elegíveis para capitalização, quando aplicável) ou ao valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. Nos casos em que o valor realizável líquido é inferior ao custo, reconhecem-se perdas por imparidade. A imputação de gastos gerais de fabrico fixos é baseada na capacidade normal das instalações.

A reversão de perdas por imparidades reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressa na demonstração dos resultados como "Imparidade de inventários (perdas/reversões)". Contudo, a reversão só é efetuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas antes reconhecidas.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

3.5 Créditos a receber

Esta rubrica encontra-se registada pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade (conforme política descrita na nota 3.14) quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Esta rubrica é apresentada no Balanço como "Ativo Corrente", no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, é exibida como um Ativo não Correntes.

3.6 Estado e outros entes públicos e imposto sobre o rendimento

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

a) *"As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21 % sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Instituição dos anos de 2016 a 2019 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.7 Fundadores, Beneméritos, Patrocinadores, Doadores, Associados e Membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de Fundadores, Beneméritos, Patrocinadores, Doadores, Associados e Membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável (líquido de perdas por imparidade segundo o referido na nota 3.10).

3.8 Acréscimos e diferimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outros ativos correntes" e "Outras passivos correntes" ou "Diferimentos (ativos ou passivos)".

3.9 Caixa e Depósitos Bancários

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo amortizado, determinado com base no método da taxa de juro efetiva.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de ''Caixa e equivalentes de caixa'' compreende, além de caixa e depósitos bancários, os descobertos bancários incluídos na rubrica de "Financiamentos obtidos".

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento.

3.10 Imparidade de ativos

A NCRF 12 – Imparidade de ativos deve ser aplicada no âmbito da contabilização da imparidade de todos os ativos, com exceção, nomeadamente dos "Inventários", dos "Ativos financeiros" que estejam no âmbito da NCRF 27 - Instrumentos Financeiros e "Ativos biológicos" relacionados com a atividade agrícola que sejam mensurados pelo justo valor menos os custos de alienação.

Assim, neste âmbito, a Entidade avalia, à data do balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis" ou "Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis". A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil.

A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação de imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

Nos ativos fixos tangíveis registados de acordo com o modelo de revalorização, qualquer perda por imparidade é reconhecida como uma diminuição do excedente de revalorização reconhecido inicialmente no capital próprio. As perdas por imparidade superiores ao excedente de revalorização são reconhecidas na demonstração dos resultados.

3.11 Fundos patrimoniais

Esta rubrica é composta por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Instituição ou terceiros;
- Fundos acumulados (*Resultados transitados*);
- Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis;
- Subsídios, doações e legados que o Governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada Instituição estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.12 Excedentes de revalorização

Esta rubrica é creditada em consequência da revalorização dos ativos fixos tangíveis e é debitada por contrapartida da conta 56 - Resultados transitados, em função da realização da revalorização. Essa realização ocorre pela depreciação, abate ou venda do bem.

3.13 Ajustamentos / Outras variações no capital próprio

Esta rubrica evidencia, nomeadamente, os subsídios associados a ativos, que deverão ser transferidos, numa base sistemática, para resultados, à medida em que forem contabilizadas as depreciações/amortizações do investimento a que respeitem.

3.14 Passivos não correntes

Um passivo deve ser classificado como corrente quando satisfizer qualquer um dos seguintes critérios:

- Se espere que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Entidade;
- Esteja detido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deva ser liquidado num período até doze meses após a data do balanço; ou,
- A Entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros passivos devem ser classificados como não correntes.

Uma entidade classifica os seus passivos financeiros como correntes quando a sua liquidação estiver prevista para um período até doze meses após a data do balanço, mesmo que:

- O prazo original tenha sido por um período superior a doze meses; e,
- Um acordo de refinanciamento, ou de reescalonamento de pagamentos, numa base de longo prazo seja completado após a data do balanço e antes das demonstrações financeiras serem autorizadas para emissão.

3.15 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data do balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Entidade como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidos porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Entidade não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que

os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

3.16 Financiamentos obtidos e gastos com financiamento

Os empréstimos bancários, são registados no passivo ao custo ou ao custo amortizado (usando o método de juro efetivo), deduzido dos gastos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a mais ou menos de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os gastos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um "ativo que se qualifica" (*é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda*) cujo período de tempo para ficar pronto para uso pretendido seja substancial, caso em que devem ser capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas. Os custos de empréstimos obtidos são os custos de juros e outros incorridos por uma entidade relativos aos pedidos de empréstimos de fundos.

Os custos de empréstimos obtidos incluem:

- Gastos com juros;
- Encargos financeiros relativos a locações financeiras;
- Diferenças de câmbio provenientes de empréstimos obtidos em moeda estrangeira até ao ponto em que sejam vistos como um ajustamento do custo dos juros.

Dependendo das circunstâncias, qualquer dos seguintes elementos podem constituir "*ativos que se qualificam*":

- Inventários;
- Ativos fixos tangíveis (Exemplos: Instalações industriais e Instalações de geração de energia, incluindo, as propriedades de investimento);
- Ativos intangíveis;

Os ativos financeiros, e os inventários que sejam fabricados, ou de outro modo produzidos, durante um curto período de tempo não são ativos que se qualificam. Os ativos que estejam prontos para o seu uso pretendido ou para a sua venda quando adquiridos não são ativos que se qualificam, logo não podem ser capitalizados os gastos de financiamento que lhe poderiam ser diretamente imputáveis.

3.17 Outras dívidas a pagar e fornecedores

Estes instrumentos financeiros são mensurados ao seu justo valor, o qual têm vindo a ser semelhante ao seu valor nominal.

3.18 Vendas e prestação de serviços

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, juros, royalties e dividendos, decorrentes da atividade ordinária da Entidade, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com o grau geralmente associado com a posse ou controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Em termos de prestação de serviços, o rédito associado é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação (método de percentagem de acabamento) à data do balanço, se o desfecho puder ser estimado com fiabilidade. Se isso não acontecer, mas se os custos incorridos forem recuperáveis, o rédito só é reconhecido na medida dos gastos já incorridos e reconhecidos, de acordo com o método do lucro nulo. Se o desfecho não poder ser estimado e se os custos não forem recuperáveis, não há qualquer rédito a reconhecer e os gastos não podem ser diferidos. No caso das prestações de serviços continuadas, o valor do rédito é reconhecido numa base de linha reta.

Os juros são reconhecidos utilizando o seu custo nominal. Quanto aos royalties, estes são reconhecidos de acordo com o regime do acréscimo, segundo o acordo estabelecido. Os dividendos são reconhecidos como ganho na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

3.19 Subsídios

Os subsídios atribuídos são reconhecidos de acordo com justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Entidade cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios que não estejam relacionados com ativos fixos tangíveis depreciáveis (por exemplo, subsídio às valências), são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica

"Subsídios, doações e legados a exploração" da demonstração dos resultados do período, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com os ativos não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos, na rubrica "Financiamentos obtidos".

3.20 Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelos responsáveis da Entidade. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

As gratificações, após autorizadas, são reconhecidas à data do balanço como um benefício dos empregados e, consequentemente, como um gasto do período ao qual se reportam.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

3.21 Rendimentos financeiros

Os juros obtidos e suportados, são reconhecidos utilizando, sempre que aplicável, o método do juro efetivo, desde que existam acontecimentos que afastem os ativos e passivos correspondentes da sua valorização nominal.

3.22 Juízos de valor que os responsáveis da Entidade utilizaram no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com a NCRF - ESNL, os responsáveis pela Entidade utilizam estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuadamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expetativas relacionadas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras individuais dos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 incluem:

- Estimativa para férias e subsídio de férias e respetivos encargos.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas.

As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

3.23 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.24 Adoção pela primeira vez da NCRF -ESNL (divulgação transitória)

Explicação acerca da forma como a transição dos anteriores princípios contabilísticos geralmente aceites para a NCRF -ESNL afetou a posição financeira e o desempenho financeiro relatados;

Nada a observar.

Explicação acerca da natureza das diferenças de transição que foram reconhecidas nos fundos patrimoniais;

Nada a observar.

Identificação dos erros cometidos segundo os PCGA anteriores, distinguindo, nas divulgações exigidas, entre a correção desses erros e as alterações às políticas contabilísticas;

4 Fluxos de caixa

4.1 Comentário dos responsáveis pela Entidade sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Não existem saldos significativos de caixa e seus equivalentes indisponíveis ou restritos para uso.

4.2 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Caixa e depósitos bancários	Períodos	
	31-12-2019	31-12-2018
Caixa	-	1,917.55
Depósitos à ordem	220,490.79	92,357.96
Depósitos a prazo	301,421.17	280,851.66
Total de caixa e depósitos bancários	521,911.96	375,127.17
Descoberto bancários	-	-
Total de caixa e seus equivalentes (DFC)	521,911.96	375,127.17

5 Alterações de políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5.1 Aplicação inicial da disposição de uma NCRF com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou com possíveis efeitos em períodos futuros

Nada a observar;

5.2 Alteração voluntária em políticas contabilísticas com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior (sendo impraticável determinar a quantia de ajustamento), ou com possíveis efeitos em períodos futuros

Nada a observar;

5.3 Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos

Nada a observar;

5.4 Erros materiais de períodos anteriores

Nada a observar;

6 Ativos fixos tangíveis

6.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

Bases de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta, métodos de depreciação usados e vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:

Categoria do ativo fixo tangível	Bases de mensuração da quantia bruta (modelo do custo)	Métodos de depreciação usados (Método de linha reta ou metódo degressivo)	Utilização de quota anual ou duodecimal	Limite máximo e mínimo de vida útil (Intervalo em anos)	Taxas média de depreciação utilizadas (Intervalo %)
Terrenos e recursos naturais	124,595.79				
Edifícios e outras construções	1,613,856.00	Método da linha reta	Quota anual	50	2.00%
Equipamento básico	162,281.64	Método da linha reta	Quota anual	6	16.66%
Equipamento de transporte	138,705.52	Método da linha reta	Quota anual	5	20.00%
Equipamento administrativo	18,843.96	Método da linha reta	Quota anual	6	16.66%
Outros ativos fixos tangíveis	106,312.67	Método da linha reta	Quota anual	6 a 8	12,5% - 16,66%
	2,164,595.58				

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações (do período e acumuladas), as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações e quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período:

2019								
Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Investimentos em curso	Total
Quantia escriturada bruta								
Saldo em 01.01.2019	120,809.00	1,563,632.02	150,218.75	138,705.52	18,843.96	103,743.17	18,489.83	2,114,442.25
Adições	3,786.79	50,223.98	12,062.89		-	2,569.50	-18,489.83	50,153.33
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2019	124,595.79	1,613,856.00	162,281.64	138,705.52	18,843.96	106,312.67	-	2,164,595.58
Depreciações acumuladas								
Saldo em 01.01.2019	-	280,079.87	138,303.56	110,480.83	17,554.22	91,605.16	-	638,023.64
Adições	-	32,277.12	6,230.51	21,173.71	590.33	3,572.62	-	63,844.28
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2019	-	312,356.99	144,534.07	131,654.54	18,144.55	95,177.78	-	701,867.92
Perdas por imparidade acumuladas								
Saldo em 01.01.2019	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2019	-	-	-	-	-	-	-	-
Quantia escriturada	124,595.79	1,301,499.01	17,747.57	7,050.98	699.41	11,134.89	-	1,462,727.66

6.2 Depreciações reconhecidas em resultados e depreciações acumuladas

Rurbrica do AFT	31-12-2019		31-12-2018	
	Depreciação do período	Depreciação acumulada	Depreciação do período	Depreciação acumulada
Edifícios e outras construções	32,277.12	312,356.99	31,272.64	280,079.87
Equipamento básico	6,230.51	144,534.07	4,220.83	138,303.56
Equipamento de transporte	21,173.71	131,654.54	21,173.71	110,480.83
Equipamento administrativo	590.33	18,144.55	590.33	17,554.22
Outros ativos fixos tangíveis	3,572.62	95,177.78	3,251.43	91,605.16
Total	63,844.28	701,867.92	60,508.94	638,023.64

6.3 Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos;

Nada a observar.

6.4 Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis

Nada a observar.

6.5 Ativo fixo tangível expresso por quantias revalorizadas

Nada a observar.

7 Investimentos financeiros

Descrição dos investimentos financeiros	31-12-2019	31-12-2018
Fundo de compensação de trabalho (ao modelo custo)	2,759.60	2,006.84
Titulos CCAM	1,000.00	1,000.00
Total	3,759.60	3,006.84

A lei nº 70/7013 de 30 de agosto estabelece os regimes jurídicos do fundo de compensação do trabalho e outros. A presente lei é aplicável às relações de trabalho reguladas pelo código do trabalho, e aplica-se apenas aos contratos de trabalho celebrados após a sua entrada em vigor, tendo sempre por referência a antiguidade, contada a partir do momento da execução dos mesmos contratos, excluindo os de curta duração e trabalho temporário, bem como os trabalhadores que exercem funções públicas, incluindo os institutos públicos de regime especial. O FCT é financiado pelas entregas mensais efetuadas pelas entidades empregadoras abrangidas pelo âmbito do regime instituído pela Lei 70/2013 de 30 de agosto. O dinheiro proveniente das entregas mensais das entidades empregadoras integra o património de um fundo – o Fundo de Compensação do Trabalho – gerido em regime de capitalização pelo IGFCSS, IP. As entregas são convertidas em unidades de participação do fundo e integradas em contas individuais referenciadas aos trabalhadores da entidade empregadora abrangidos pelo âmbito do regime na proporção das entregas realizadas por conta de cada trabalhador. No presente período foram mensurados no ativo da Entidade o montante de 2.759,60 Euros.

8 Inventários

8.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os custos de conversão incluem os

custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como matérias-primas e mão-de-obra direta, incluindo ainda gastos de produção fixos e variáveis. A imputação de gastos gerais de produção fixos é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A Entidade adota como fórmula de custeio dos seus inventários a fórmula de custeio FIFO, a qual pressupõe que os itens de inventário que foram comprados ou produzidos primeiro sejam vendidos em primeiro lugar, e consequentemente, os itens que permaneceram em inventário no fim do período sejam os itens mais recentemente comprados ou produzidos.

8.2 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

Classificação das rubricas de inventários	Períodos	
	31-12-2019	31-12-2018
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	872.17	1,876.59
	872.17	1,876.59
Perdas por imparidade	-	-
Total	872.17	1,876.59

8.3 Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, tem a seguinte decomposição:

	2019		2018	
Descrição	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total
Inventário inicial	1,876.59	1,876.59	1,876.59	1,876.59
Perdas por imparidade em inventários	-	-	-	-
Compras	86,440.46	86,440.46	90,630.98	90,630.98
Subcontratos	-	-	-	-
Reclassificação e regularização de inventários	-	-	-	-
Inventário final	872.17	872.17	1,876.59	1,876.59
Custo das mercadorias vnd e mat consumidas	87,444.88	87,444.88	90,630.98	90,630.98

8.4 Quantia de ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período

Nada a observar.

8.5 Quantia de reversão de ajustamento reconhecida, nomeadamente, como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período

Nada a observar.

8.6 Circunstâncias ou acontecimentos que conduziram à reversão de um ajustamento de inventários

Nada a observar.

8.7 Quantia escriturada de inventários dados como penhor de garantia a passivos

Nada a observar.

8.8 Quantia de juros incluídos nos custos de produção de inventários

Nada a observar.

9 Créditos a receber

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Créditos a receber	31-12-2019			31-12-2018		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Utentes		5,880.15	5,880.15		2,998.15	2,998.15
Total ativo	-	5,880.15	5,880.15	-	2,998.15	2,998.15

10 Estado e outros entes públicos

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Estado e Outros Entes Públicos	31-12-2019			31-12-2018		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Ativo:						
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		7,596.52	7,596.52		2,256.91	2,256.91
Total ativo	-	7,596.52	7,596.52	-	2,256.91	2,256.91
Passivo:						
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)		1,268.00	1,268.00		781.88	781.88
Contribuições para a segurança social (TSU)		5,793.96	5,793.96		5,298.00	5,298.00
Total do passivo	-	7,061.96	7,061.96	-	6,079.88	6,079.88

11 Diferimentos

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Diferimentos	Períodos	
	31-12-2019	31-12-2018
Ativos:		
Seguros pagos antecipadamente	56.70	620.36
Produtos limpeza, higiene		1,767.78
Gás		-
Pellets		345.60
Material de escritório		31.14
Total	56.70	2,764.88
Passivos:		
Accionamento garantia bancária-obra "Edifício Lar"	42,200.10	42,200.10
Total	42,200.10	42,200.10

12 Outros ativos

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Outros ativos	31-12-2019			31-12-2018		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Adiantamentos a fornecedores		14,340.72	14,340.72		14,340.72	14,340.72
Débitos c/c fornecedor			0.00		9,369.77	9,369.77
Outras contas a receber		10,951.77	10,951.77		1,619.15	1,619.15
Total ativo	-	25,292.49	25,292.49	-	1,619.15	1,619.15

13 Fundos

Os movimentos desta rubrica no período de 2019:

Fundos	31.12.2019	31.12.2018
Saldo em 01.01.	182,418.84	182,418.84
Aumentos do período	0.00	0.00
Total dos aumentos do período	0.00	0.00
Diminuições do período	0.00	0.00
Total das diminuições do período	0.00	0.00
Saldo em 31.12.	182,418.84	182,418.84

14 Reservas

Os movimentos desta rubrica no período de 2019:

Reservas livres	31.12.2019	31.12.2017
Saldo em 01.01.	885,393.87	748,256.44
Aumentos do período		
Doação de Imóveis	24,272.74	
Resultado líquido exercicio anterior	169,346.44	137,137.43
Total dos aumentos do período	193,619.18	137,137.43
Diminuições do período	0.00	0.00
Total das diminuições do período	0.00	0.00
Saldo em 31.12.	1,079,013.05	885,393.87

15 Resultados transitados

Os movimentos desta rubrica no período de 2019:

Resultados transitados	31.12.2019	31.12.2018
Saldo em 01.01.		0.00
Aumentos do período		
Resultado líquido exercicio anterior	169,346.44	137,137.43
Total dos aumentos do período	169,346.44	137,137.43
Diminuições do período		
Aplicação resultado líq. exerc. anterior	169,346.44	137,137.43
Total das diminuições do período	169,346.44	137,137.43
Saldo em 31.12.	0.00	0.00

16 Outras variações nos capitais próprios

Os movimentos desta rubrica no período de 2019:

Outras variações nos fundos patrimoniais	31.12.2019	31.12.2018
Saldo em 01.01.	555,100.62	575,818.11
Aumentos do período		
FEDER - Operaç Norte-10-0156-FEDER	0.00	0.00
Total dos aumentos do período	0.00	0.00
Diminuições do período		
Imputação subsídios ao investimento	16,176.21	18,844.78
Imputação donativos ao investimento	1,872.71	1,872.71
Total das diminuições do período	18,048.92	20,717.49
Saldo em 31.12.	537,051.70	555,100.62

17 Financiamentos obtidos

Nada a observar.

17.1 Gastos com financiamentos obtidos capitalizados durante o período

Nada a observar.

17.2 Ativos dados em garantia, como colateral de passivos ou passivos contingentes (Colaterais)

Nada a observar.

17.3 Situações de incumprimento para empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço

Nada a observar.

17.4 Financiamentos obtidos cuja duração residual seja superior a cinco anos

Nada a observar.

18 Fornecedores

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	31-12-2019	31-12-2017
Fornecedores c/c	25,438.41	2,400.52
Fornecedores - títulos a pagar	0.00	0.00
Faturas em receção e conferência	0.00	0.00
Totais	25,438.41	2,400.52

19 Outros passivos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Outros passivos	31-12-2019			31-12-2018		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Outras contas a pagar						
Pessoal		15,996.52	15,996.52		13,078.76	13,078.76
Credores por acréscimos de gastos		44,549.10	44,549.10		33,290.06	33,290.06
Credores diversos		0.00	0.00		469.70	469.70
Total ativo	-	60,545.62	60,545.62	-	46,838.52	46,838.52

20 Venda e prestação de serviços

As prestações de serviços por valências desenvolvidas pela ESNL:

Prestações de serviços	31-12-2019	31-12-2018
Valência Lar	252,381.11	235,335.30
Valência Centro de Dia	27,459.50	16,217.70
Valência Apoio Domiciliário	67,999.70	81,704.00
Volume de negócios	347,840.31	333,257.00

21 Subsídios, doações e legados à exploração

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Rubricas	31-12-2019	31-12-2018
Subsidios - Segurança Social	313,097.08	276,267.15
Subsídios - IEFP	5,441.03	14,943.01
Totais	318,538.11	291,210.16

Em relação aos subsídios à exploração acima evidenciados:

– Segurança Social – protocolo comparticipação – é um subsídio à exploração, atribuído pelo Centro Regional da Segurança Social, por conta da atividade de apoio à terceira idade, para compensar deficit de exploração. O montante total inscrito foi recebido no ano 2019, tendo sido reconhecido como rédito do período 2019;

- IEFP – apoio à contratação – são subsídios à exploração, atribuídos pelo IEFP, com a finalidade de apoio à contratação. Os subsídios recebidos servem para compensar parte dos gastos com o pessoal contratado pela entidade, no âmbito destes contratos.

22 Fornecimentos e serviços externos (FSE)

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Períodos	
	31-12-2019	31-12-2018
Trabalhos especializados	21,709.25	4,826.44
Artigos Oferta	245.00	1,830.42
Honorários	0.00	1,530.00
Conservação e reparação	3,502.83	11,412.27
Serviços bancários	338.19	366.80
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	17,503.44	3,852.73
Livros e documentação técnica	0.00	19.86
Material de escritório	3,249.19	1,414.04
Eletricidade	13,524.90	15,204.98
Combustíveis	37,684.59	41,534.41
Água	3,604.02	3,140.60
Deslocações e estadas	886.43	530.31
Comunicação	1,220.00	1,837.43
Seguros	5,273.77	3,873.61
Contencioso e notariado	1,776.87	381.80
Limpeza, higiene e conforto	19,199.85	22,272.83
Outros	23,190.81	6,236.14
Total	152,909.14	120,264.67

23 Gastos com pessoal

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Períodos	
	31-12-2019	31-12-2018
Remuneração do pessoal	233,981.00	218,077.83
Indemnizações	-	1,384.08
Encargos sobre remunerações	57,357.18	45,766.95
Seguros de acidentes de trabalho	2,247.74	2,022.16
Outros gastos com pessoal	-	689.30
Total	293,585.92	267,940.32

O número médio de pessoal no ano 2019 foi 25. No ano anterior foi 24.

24 Outros rendimentos

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Períodos	
	31-12-2019	31-12-2018
Descontos de pronto pagamento obtidos	-13.50	0.55
Recuperação de dívidas a receber		-
Ganhos em inventários		-
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros		-
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos não financeiros		1,324.64
Juros obtidos (de depósitos bancários)		-
Juros de mora / Acordãos		-
Imputação de subsídios ao investimento	18,048.92	18,844.78
Donativos	7,763.64	27,085.69
Outros		38,454.67
Total	25,799.06	85,710.33

Em relação à imputação dos subsídios ao investimento, a evidenciar:

Outras variações nos capitais próprios	31-12-2019				
Subsídios ao investimento relacionados com ativos fixos tangíveis	Montante total	Montante recebido no ano	Saldo subsídio	Rédito do período	Rédito acumulado
1 - PIDDAC - construção equip. social - Lar	413,775.00		328,545.78	7,712.66	85,229.22
2 - IFAP - contrato nº02037303 (programa PRODER)	24,614.99		3,336.04	3,159.97	21,278.95
3 - Seg Social - Fundo Socorro Social - aquisição viatura	17,159.00		2,137.87	2,137.87	15,021.13
4 - FEDER - Operaç Norte-10-0156-FEDER-000646 (prog ON	153,285.50		141,022.66	3,065.71	12,262.84
Sub-total			475,042.35	16,076.21	133,792.14
Doações Donativos ao investimento					
5 - Donativos ao investimento - construção Lar	93,635.42		79,958.27	1,872.71	13,677.15
Total	702,469.91	-	555,000.62	17,948.92	147,469.29

Notas:

1 - PIDDAC – construção de equipamento social (Lar) – é um subsídio ao investimento, não reembolsável, atribuído no âmbito do programa PIDDAC, no ano de 2009, no apoio à construção do Lar;

2 – IFAP – contrato nº02037303 (PRODER) - é um subsídio ao investimento, não reembolsável, atribuído no âmbito do programa PRODER, no ano de 2012, no apoio à aquisição de "equipamentos" e uma "viatura". A conclusão do investimento e o recebimento do subsídio ocorreu no ano 2014;

3 – Segurança Social – subsídio à aquisição de viatura – é um subsídio ao investimento, não reembolsável, atribuído pela Segurança Social. A conclusão do investimento e o recebimento do subsídio ocorreu no ano 2014;

4 – FEDER – Operação Norte-10-0156-FEDER-000646 (prog. ON.2) - é um subsídio ao investimento, não reembolsável, atribuído pelo FEDER, no ano 2015, que recaiu sobre o valor da

construção do edifício lar, na parte que não foi apoiada no programa PIDDAC. O recebimento do subsídio ocorreu no ano 2017;

5 – Donativos para a construção do edifício Lar – donativos atribuídos por particulares, destinados a apoiar a construção do edifício Lar.

25 Outros gastos

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Períodos	
	31-12-2019	31-12-2017
Impostos	380.14	550.51
Outros	227.39	2,002.42
Total	607.53	2,552.93

26 Juros e rendimentos similares obtidos

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Períodos	
	31-12-2019	31-12-2018
Juros obtidos	581.84	851.66
Total	581.84	851.66

27 Juros e gastos similares suportados

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

28 Imposto sobre o rendimento do período

RUBRICAS	Períodos	
	31-12-2019	31-12-2018
Juros suportados		
Outros gastos de financiamento		
	-	-
Total	-	-

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Atividade Isenta IRC		Atividade sujeita IRC	
	Períodos		Períodos	
	31-12-2019	31-12-2018	31-12-2018	31-12-2017
Resultados antes de impostos	94,367.56	169,346.44	-	-
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-	-
Resultado líquido do período	94,367.56	169,346.44	-	-

29 Acontecimentos após a data do balanço

29.1 Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelos responsáveis da Direção da Entidade no dia_____/ _____/ _____.

29.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acercas de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

29.3 Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos

Nada a observar.

30 Divulgações exigidas por diplomas legais

A Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no art.º 210 do Código do Regime Contributivo do Sistema Previdencial da Segurança Social (Lei 110/2009 de 16 setembro com redação dada pela lei nº119/2009 de 30 dezembro), a Direção informa que a situação da Instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

31 Outras informações

A Entidade não tem ativos restringidos.

32 Termo de responsabilidade

A Direção confirma que à data de 31 de dezembro de 2019, para além dos factos mencionados em anteriores notas:

- Não existem quaisquer responsabilidades com garantias, hipotecas e penhores a favor e terceiros;
- Não existem processos concluídos ou em curso (em fase de recurso hierárquico ou judicial) contra a Entidade, decorrente de levantamentos processuais referentes a contingências fiscais, legais ou laborais, ou de outra natureza, para os quais a Entidade, no âmbito do SNC/NCRF - ESNL, seja obrigada a constituir ou divulgar as respetivas responsabilidades nas suas demonstrações financeiras.

Ferreirim, _____de _____ de 2020.

A Direção

(Padre Diamantino José Pereira Duarte - Presidente)

(João António Pereira da Silva – Vice Presidente)

(Teresa de Jesus Paulo Pinto - Tesoureira)

(Lurdes São José Marques Duarte Almeida – 1º secretário)

(Orlando Gomes Aguiar – 2º secretário)

O Contabilista Certificado:

CC 16943

(Rui Pedro Lima Azevedo)

Informação anexa à Demonstração de Resultados por Naturezas e por Atividade
Exercício de 2019

1. O número médio de funcionários ao serviço da instituição, no presente exercício foi de 26 pessoas, distribuídas pelas actividades inerentes às três valências – Centro de Dia, Apoio Domiciliário e Lar não existindo nenhum funcionário afecto a uma só das valências.
2. O número médio de utentes por valência, durante o exercício foi:
   - Centro de Dia: 10 idosos;
   - Apoio Domiciliário: 49 idosos;
   - Lar: 42 idosos.

3. Critério de imputação de gastos e rendimentos:
   a) Quanto à imputação de rendimentos, as rubricas "mensalidades de utentes" e "comparticipação da Segurança Social" estão bem definidas. Em relação às rubricas dos restantes rendimentos, a imputação ocorre de acordo com a taxa de imputação definida para os gastos;
   b) Quando à imputação de gastos e porque não se torna possível encontrar valores reais para cada uma das valências – Centro de Dia, Apoio Domiciliário e Lar –, uma vez que tanto o pessoal ao serviço na Instituição, como o activo fixo tangível, os géneros alimentares e os bens e serviços adquiridos, estão afectos às três valências, entendeu-se que o critério mais correcto seria encontrar um valor percentual a partir de factores comuns às três valências. Entendemos que o factor que nos oferece maior justeza seria: o número médio de utentes de cada valência

      Assim, partindo desta base, procurou-se encontrar uma relação justa entre as três Valências.

Relativamente aos gastos das valências Apoio Domiciliário e Lar entendemos que não existam diferenças muito acentuadas o mesmo não se poderá dizer da relação entre estas e a valência Centro de Dia, nomeadamente gastos com o pessoal e outros gastos.

Por isso se decidiu que o critério mais correcto seria o de atribuir à valência "Apoio domiciliário" o dobro dos gastos que para a valência "Centro de Dia ", e à valência "Lar", o triplo dos gastos que para a valência "Centro do Dia".

Forma de cálculo para os gastos:

UCD – Nº de Utentes do Centro de dia

UAD – Nº de Utentes do Apoio domiciliário

UL – Nº de Utentes do Lar

Fórmula de cálculo

Centro de Dia

(UCDx12) + (UADx2x12) + (ULx3x12) ---------- 100%

UCDx12 ---------- X

Apoio Domiciliário

(UCDx12) + (UADx2x12) + (ULx3x12) ---------- 100%

UADx2 x12 ---------- X

Lar

(UCDx12) + (UADx2x12) + (ULx3x12) ---------- 100%

ULx3x12 ---------- X

Com base no cálculo acima indicado foram encontrados os seguintes valores de imputação de gastos para as seguintes valências:

- Centro de Dia 4,27 %
- Apoio Domiciliário 41,88 %
- Lar 53,85 %

Ferreirim, _____ de _____ de 2020

O Contabilista Certificado,

O Presidente da Direção,

Relatório de Atividades

O Centro Social e Paroquial de Ferreirim, entidade do sector não lucrativo (ESNL), instituição particular de solidariedade social (IPSS), com o NIF 501936513 e NISS 20004469943, com sede social em Ferreirim, vêm por este meio apresentar o "Relatório de Atividades" do exercício findo em 31 de Dezembro de 2019.

Caracterização da Instituição

O Centro Social e Paroquial de Ferreirim, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), sediado em Ferreirim, concelho de Sernancelhe.

A instituição foi fundada a 15 de Junho de 1987, e tem como Missão a prestação de apoio social à terceira idade que prime pela excelência e qualidade de serviços, garantindo a prestação dos cuidados básicos, garantindo o bem-estar físico e psicológico dos idosos e permitindo uma velhice digna e com qualidade.

As respostas sociais vinculadas à instituição são: Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário, Estrutura Residencial para idosos e Centro de Convívio, esta última desenvolve-se no Polo de Macieira.

Os serviços de Centro de Dia e SAD destinam-se a pessoas com 65 ou mais anos, carenciadas ou equiparadas, residentes na área de intervenção da IPSS. Estas respostas sociais proporcionam um conjunto diversificado de serviços, em função das necessidades das pessoas, nomeadamente:

- Atividades de animação e socialização;
- Cuidados de higiene e conforto pessoal;
- Higiene habitacional, estritamente necessário à natureza dos cuidados prestação;
- Fornecimento e apoio nas refeições, respeitando as dietas com prescrição médica;
- Tratamento da roupa de uso pessoal do cliente;

- Acompanhamento ao médico e assistência medicamentosa;
- Transporte. Etc.

Os serviços ERPI destinam-se a pessoas com 65 ou mais anos, por razões familiares, dependência, isolamento, solidão ou insegurança, não podem permanecer na sua residência. Essa resposta social proporciona um conjunto diversificado de serviços, em função das necessidades das pessoas, nomeadamente:

- Alojamento;
- Alimentação adequada ás necessidades dos residentes, respeitando as prescrições médicas;
- Cuidados de higiene pessoal;
- Tratamento de roupas;
- Higiene de espaços;
- Atividades de animação sociocultural, lúdico-recreativas e ocupacionais;
- Apoio no desempenho das atividades de vida diária;
- Administração de fármacos, quando prescritos;

O Centro de Convívio é uma resposta social que se desenvolve no Pólo de Macieira e destina-se a pessoas com 65 ou mais anos, que residam na área de Intervenção do Pólo de Macieira ou nas suas imediações, com necessidades de âmbito funcional ou cognitivo.

Esta resposta social proporciona um conjunto diversificado de serviços, em função das necessidades das pessoas, nomeadamente:

- Fornecimento de refeição – lanche;
- Convívio;
- Atividades de animação/ocupação;
- Atividades ocupacionais de caracter sócio recreativo e cultural.

Os utentes do Centro de Convívio usufruem comutativamente dos serviços de SAD.

Plano de Atividades

São responsáveis pela organização, estruturação e planificação do Centro Social e Paroquial de Ferreirim, a Psicóloga, as Educadoras Sociais, a Fisioterapeuta e Enfermeira.

Atividades de Estimulação Cognitiva Sensorial

Que tem como objetivo potenciar as capacidades cognitivas e psíquicas, reforçar a autoestima, estimular a memoria e raciocínio e sensibilizar para a saúde e hábitos saudáveis etc.

- Sopa de letras e números, palavras cruzadas, família de palavras, adivinhas e provérbios, ligar Pontos, associar cores, números e imagens;
- Bingos seniores, jogos de atenção e memória, exercícios de leitura e escrita, jogo das diferenças;
- Exercícios de compreensão/conhecimentos números e cálculo, jogos de estimulação dos sentidos;
- Pintar, recortar, colar, reciclar, elaborar trabalhos manuais;
- Jogo de cartas, dominó, damas, jogo "ficha em linha", Mikado etc.
- Exercício físico moderado;
- Atividades religiosas (rezar, ir à missa e assistir transmissões religiosas);
- Cinema, aproximação novas tecnologias, leitura, ver televisão e organizar grupos de discussão;
- Cuidar de plantar, arranjos de costura, semear a horta; manicure etc;
- Tardes musicais, intercambio, passeios, atividades de culinária e celebração de datas festivas;
- Rastreios de saúde, controlo de peso, glicemia, pulsação, tensão arterial etc.

Plano de Atividades Socioculturais

Mês	Atividade	Objetivos	Atividades Especificas	Destinatários	Recursos Internos
	Dia 1- Ano Novo	- Criar uma lista de desejos para o novo ano	- Dinâmica "Este ano gostava..."	CD ERPI Centro de convívio SAD	- Cartolina - Caneta
Janeiro	Dia 6 – Cantar as Janeiras Concurso de coroas	- Reviver costumes e tradições - Valorizar a identidade cultural - Exercitar a memória	- Cantar as janeiras; - Contar a história dos 3 Reis Magos; - Elaborar coroas e um concurso da coroa mais original	CD ERPI Centro de convívio SAD	- Caneta - Papel - Músicas - Cartolinas - Cola - Diferentes tipos de papeis
	Dia 11 – Dia Internacional do Obrigado	- Agradecer a todos aqueles que fazem parte da vida dos idosos.	- Construção de mensagens; - Entregar as mensagens aos destinatários. - Dinâmica: Vamos agradecer	CD ERPI Centro de convívio SAD	- Papel - Lápis
	Dia 18 - Dia Mundial do Riso	- Reduzir o stress - Estimular a criatividade - Criação de laços com outras pessoas	- Visualização de um de filme de comédia - Sessão de risoterapia	CD ERPI Centro de convívio SAD	- Retroprojetor - Filme
	Dia 21- Dia da Religião	- Conhecer as diferentes religiões	- Dinâmica: Que religiões existem no mundo?	CD ERPI Centro de convívio	- Computador - Retroprojetor

	Dia 14 Dia da Incontinência Urinária	- Promoção de hábitos preventivos da incontinência urinária; - Informação sobre modos de identificação do problema, tratamentos apropriados e os impactos na vida dos indivíduos.	- Ação de sensibilização para esta patologia; - Sessão informativa; - Esclarecimento de dúvidas.	CD ERPI Centro de convívio SAD	- Computador - Retroprojetor - Panfletos
	Dia 19 Dia do pai	- Promover sentimentos de autoestima e utilidade; - Valorização do papel de pai na sociedade; - Participação ativa dos utentes	- Realização de uma lembrança que será oferecida aos homens da Instituição. - Partilha de vivencias/ memórias (O meu Pai…)	CD ERPI Centro de convívio SAD	- Papel - Cola - Tesoura - Tintas
	Dia 20 Decoração da Instituição alusiva à Primavera	- Fomentar a participação dos utentes; - Promover uma imagem da Instituição de acordo com os gostos dos idosos	- Elaboração de peças decorativas alusivas à primavera - Decoração da instituição - Tarde ao ar livre "Cuidar do nosso Jardim"	CD ERPI Centro de convívio SAD	- Caixas - Papel de várias cores - Cola - Tesoura - Lápis
	Dia 21 Dia da árvore	- Despertar para o respeito pelo ambiente	- Recolha de folhas e identificar de que árvore se trata	CD ERPI Centro de convívio SAD	- Folhas de árvores
	Dia 22 Dia Mundial da Água	- Despertar para a necessidade de preservação e poupança da água; - Impactos do consumo de água na saúde;	- Dinamização de jogos com curiosidades sobre a água;	CD ERPI Centro de convívio SAD	- Papel - Caneta - Dado - Tabuleiro de jogo
	Dia 27 Dia Mundial do teatro	- Despertar para as artes.	- Realizar uma peça de teatro	CD ERPI Centro de convívio SAD	-

Mês	Atividade	Objetivos	Atividades Especificas	Destinatários	Recursos Internos
Abril	Dia 1 A Páscoa (entre 12/03 e 31/03)	- Fomentar a participação dos utentes; - Promover sentimentos de autoestima e utilidade;	- Decoração alusiva à Páscoa; - Elaboração das cestas das amêndoas para oferecer aos idosos.	CD ERPI Centro de convívio SAD	- Materiais diversos
	Semana da saúde	- Promover o bem-estar dos clientes; - Incutir nos clientes hábitos de vida saudáveis; - Alertar os clientes para a importância da prática de exercício físico regular na terceira idade.	- Realizar uma ação de sensibilização alertando para os maus hábitos de vida; - Realizar uma aula de psicomotricidade; - Rastreios	- CD - ERPI - Centro de convívio SAD	- Computador - Tela - Retroprojetor
	Dia 13 Dia do Beijo	- Fomentar as relações interpessoais dos utentes	- Sessão de fotos	- CD - ERPI - Centro de convívio SAD	- Máquina fotográfica
	Dia 18 Dia Mundial dos monumentos	- Reminiscências	- Dinâmica "Eu já visitei..." - Projetar imagens de monumento e os utentes associarem o nome	- CD - ERPI - Centro de convívio SAD	- Projetor - Computador
	Dia Mundial da Dança- dia 27	- Celebração da arte de dançar como uma língua universal.	- Realizar uma coreografia com os idosos	CD ERPI Centro de convívio SAD	- Aparelhagem
	Dia 28 Dia Mundial do	- Promover momentos de felicidade	- Sessão de fotos	- CD - ERPI - Centro de convívio	- Máquina fotográfica

	Sorriso			SAD	

Mês	Atividade	Objetivos	Atividades Especificas	Destinatários	Recursos Internos
Maio	Mês de Maria	- Promover a prática religiosa; - Promover a concentração e interação entre os clientes.	- Rezar o terço diariamente - Visualização dos Filmes "Fátima e "Jacinta"	CD ERPI Centro de convívio SAD	- Retroprojetor - DVD's
	Primeiro Domingo Dia da Mãe	- Valorizar os sentimentos maternos e o papel da mãe na família; - Desenvolver as capacidades cognitivas e intelectuais; - Estimular a criatividade e motricidade fina.	- Realização de uma lembrança para oferecer às idosas,	CD ERPI Centro de convívio SAD	- Diversos
	Dia 1 Dia do Trabalhador	- Estimulação cognitiva	- Realização de uma dinâmica na qual os idosos devem partilhar as suas profissões que exerciam e falar de profissões que desapareceram com o passar do tempo	CD ERPI Centro de convívio SAD	- Fotografias
	Dia 9 Dia da Europa	- Permitir que os utentes estejam atualizados em relação às notícias	- Realização do mapa da Europa	CD ERPI Centro de convívio SAD	- Papel de cenário - Lápis
	Dia 15 Dia Internacional das Famílias	- Realçar a importância da família na estrutura do núcleo familiar; - Reforçar a ideia de que a família necessita de união, amor, respeito e compreensão para poder ter um relacionamento estável;	- Relatos, descritos pelos idosos, acerca das suas famílias (vivências, estrutura, relacionamentos, etc.); - Visualização de fotografias;	CD ERPI Centro de convívio SAD	- Fotografias

		-			
	Dia 19 IV Caminhada por uma vida saudável	- Promover hábitos de saúde; - Promover o envolvimento dos idosos na comunidade;	- Caminhada - Almoço - Tarde recreativa	CD ERPI Centro de convívio SAD	- Diversos

Mês	Atividade	Objetivos	Atividades Especificas	Destinatários	Recursos Internos
Junho	Comemoração da chegada do Verão	- Promover o convívio e a participação dos idosos	- Elaboração de trabalhos alusivos ao Verão - Decoração da Instituição	CD ERPI Centro de convívio SAD	Diversos
	Piquenique	- Promover a sociabilidade entre os idosos	- Realização de um piquenique (local a designar), com momentos de cantares e danças	CD ERPI Centro de convívio SAD	Diversos
	Dia 10 Dia de Portugal	- Comemorar as datas festivas.	- Pintura de bandeiras de Portugal	CD ERPI Centro de convívio SAD	- Bandeiras - Lápis - Canetas - Tintas
	Dia 21 Inicio do Verão	- Fomentar a participação dos utentes; - Promover uma imagem da Instituição de acordo com os gostos dos idosos	- Elaboração de peças decorativas alusivas à primavera - Decoração da instituição - Passeio pela freguesia	CD ERPI Centro de convívio SAD	- Diversos

	Dia 24 Festa de S. João Baptista	- Estimular as tradições; - Incrementar a participação dos idosos	- Elaboração de manjericos em papel;	CD ERPI Centro de convívio SAD	Diversos
			- Baile; - Sardinhada	CD ERPI Centro de convívio SAD	Diversos
	Passeio Anual	- Promover a sociabilização entre os idosos; - Dar a conhecer diferentes locais do país com interesse histórico, cultural e Religioso - Promover momentos de lazer e convívio	Passeio a um local a designar	CD ERPI Centro de convívio SAD	Diversos

Mês	Atividade	Objetivos	Atividades Especificas	Destinatários	Recursos Internos
Julho	Comemoração do dia das Bibliotecas – Dia 1	- Permitir novas descobertas - Fomentar o conhecimento de novos espaços	- Levantamento dos livros lidos pelos idosos; - Leitura de um livro de contos.	CD ERPI Centro de convívio SAD	- Transporte
	Dia 7 Dia mundial do chocolate	- Promover momentos de lazer e convívio	- Ateliê de culinária	CD ERPI Centro de convívio SAD	- Diversos
	Dia 10 Dia mundial da	- Promover momentos de lazer e convívio	- Atividade: Vamos criar a nossa pizza	CD ERPI Centro de convívio	- Diversos

	Pizza				
	Dia Mundial dos Avós – dia 26	- Reconhecer a importância dos avós na família; - Promover o Convívio familiar.	- Recolha de poemas sobre os avós; - Chamar à atenção para o papel do"avó" na sociedade; - Sugerir aos idosos a efetuarem uma surpresa aos netos.	CD ERPI Centro de convívio	- Poemas diversos
	Dia Mundial da Amizade/Amigo – dia 30	- Promover as relações afetivas entre companheiros	Troca de mensagens de amizade entre todos os idosos; Elaboração de uma dinâmica de grupo de coesão de grupo	CD ERPI Centro de convívio	- Plano de Dinâmica de grupo

Mês	Atividade	Objetivos	Atividades Especificas	Destinatários	Recursos Internos
Agosto	"A minha família está de férias"	- Promover os laços afetivos entre utentes e famílias; - Valorizar a presença dos familiares na aldeia; - Promover o convivio e laser entre os utentes	- Visionamento do filme "Meu querido mês de Agosto; - Lanche convívio com os familiares dos utentes.	CD ERPI Centro de convívio	- PC; - Tela - Retroprojector; - DVD - Lanche
	Dia 19 Dia Mundial da Fotografia	- Proporcionar aos idosos o contacto direto com a fotografia; - Explorar a evolução da fotografia e das máquinas fotográficas;	- Realização de uma sessão fotográfica - Dinâmica " Fotógrafos por um dia"	CD ERPI Centro de convívio SAD	- Máquina fotográfica - Cartolina - Fotografias

Mês	Atividade	Objetivos	Atividades Especificas	Destinatários	Recursos Internos
Setembro	Comemoração da chegada do Outono	- Marcar a data; - Promover a sociabilidade e participação dos idosos;	- Elaboração de trabalhos decorativos alusivos ao Outono; - Decoração da Instituição de acordo com a estação do ano.	CD ERPI Centro de convívio	- Material necessário à decoração
	"Jogos tradicionais"	- Prevenir o sedentarismo; - Reviver os momentos de antigamente - Promover momentos de convívio entre os idosos	- Realização de jogos diversos	CD ERPI Centro de convívio SAD	- Jogos tradicionais e todo o material necessário à realização dos mesmos;
	Dia 25 Dia Mundial do Sonho	- Promover o convívio e laser entre os utentes	- Sessão fotográfica "Qual é o meu sonho" - Construção de um moral com as fotografias da sessão	CD ERPI Centro de convívio SAD	- Máquina fotográfica - Computador - Fita cola
	Dia 30 Dia Mundial do Coração	- Alertar os utentes para a importância da prevenção e controlo das doenças cardiovasculares; - Promover cuidados de saúde.	- Prática de atividades física e desportivas; - "Conhecer o coração" - Rastreio	CD ERPI Centro de convívio SAD	- Diversos

Mês	Atividade	Objetivos	Atividades Especificas	Destinatários	Recursos Internos
Outubro	Dia 1 Comemoração do mês do idoso	- Valorizar o papel do idoso - Promover o convívio e laser entre os utentes	- Convívio interinstitucional;	CD ERPI Centro de convívio SAD	- Todo o material inerente aos convívios - Transporte
	Dia 4 Dia de S. Francisco	- Reviver as tradições; - Proporcionar um momento de convívio e laser aos idosos.	- Ida à Feira Anual de S. Francisco; - Almoço de acordo com a tradição.	CD ERPI Centro de convívio SAD	- Todo o material inerente ao almoço - Transporte
	Dia 17 Dia mundial da alimentação	- Promover hábitos alimentares saudáveis; - Falar dos benefícios de uma alimentação saudável para a saúde, promovendo a saúde e prevenindo a doença nos idosos; - Fomentar e discutir ideias e opiniões; - Desmistificar preconceitos; - Implementar hábitos de vida saudável; - Promover uma visão de autocuidado e de autoestima.	- Almoço especial; - Ação de Sensibilização; - Elaboração de panfletos e cartazes alusivos à alimentação; - Elaboração e explicação da roda dos alimentos	CD ERPI Centro de convívio SAD	- Material necessário ao almoço - Material necessário à Ação de Sensibilização (informação, tela, PC) - Cartolinas
	Dia 29 Dia mundial do AVC	- Esclarecer os utentes em relação a essa temática	- Sessão de esclarecimento sobre o AVC	CD ERPI Centro de convívio SAD	- Retroprojetor

Mês	Atividade	Objetivos	Atividades Especificas	Destinatários	Recursos Internos
	Dia 5 Dia Mundial do Cinema	- Promover o bem-estar	- Vizualicão de um filme - Confeção de pipocas	CD ERPI Centro de convívio SAD	- Computador - Retroprojetor
Novembro	Dia 11 S. Martinho	- Reviver as tradições, hábitos, costumes, vivências e experiências da cultura local; - Promover a sociabilidade e o bem-estar dos utentes.	- Cantares de músicas alusivas ao S. Martinho; - Decoração da Instituição alusiva ao S. Martinho - Magusto	CD ERPI Centro de convívio SAD	- Letras de músicas; - Material para a decoração - Lanche
	Dia Mundial da Diabetes – Dia 14	- Sensibilizar para a prevenção da Diabetes; - Promover a saúde e prevenir a doença nos idosos; - Fomentar e discutir ideias e opiniões; - Desmistificar preconceitos; - Implementar hábitos de vida saudável; - Promover o bem-estar, o diálogo e a escuta ativa no grupo.	- Acão de Sensibilização sobre a Diabetes; - Esclarecimentos sobre a temática; - Visualização de um documentário alusivo à Diabetes; - Medição da Diabetes	CD ERPI Centro de convívio SAD	- Material alusivo à Diabetes - Documentário

Mês	Atividade	Objetivos	Atividades Especificas	Destinatários	Recursos Internos
	Dia 4 Dia da bolacha	- Promover momentos de lazer;	- Ateliê de culinária (elaboração de bolachas)	CD ERPI Centro de convívio SAD	- Diversos
	Dia 21 Dia das palavras cruzadas	- Estimulação cognitiva	- Realização de fichas que contenham palavras cruzadas	CD ERPI Centro de convívio SAD	- Revista de palavras cruzadas - Fotocopiadora - Lápis
	Dia 21 Inicio do Inverno	- Marcar a data; - Promover a sociabilidade e participação dos idosos;	- Elaboração de trabalhos decorativos alusivos ao Outono; - Decoração da Instituição de acordo com a estação do ano.	CD ERPI Centro de convívio SAD	- Material necessário à decoração
Dezembro	Comemoração do Natal	- Promover o espírito natalício;	- Elaboração do presépio e da árvore de Natal; - Elaboração de trabalhos decorativos; - Elaboração de postais de Natal; - Ensaio de uma peça de teatro; - Ensaio de músicas e poemas natalícios;	CD ERPI Centro de convívio SAD	- Material inerente ao presépio; - Material para efetuar os trabalhos decorativos; - Peça de teatro; - Letras de música alusivas ao Natal.
			- Tradicional Ceia de Natal	CD ERPI Centro de convívio SAD	Vários

Enquadramento macro e sectorial

O Centro Social e Paroquial de Ferreirim é uma entidade sem fins lucrativos, que têm como atividade principal "o apoio à terceira, com e sem alojamento", desenvolvendo-a em prol das pessoas abrangidas pela instituição, sendo o seu raio de ação circunscrito ao concelho de Sernancelhe.

Num contexto macroeconómico, de salientar o seguinte:

- O crescimento económico ténue;
- A contínua desertificação do interior do país, e o envelhecimento da população;
- Baixo poder de compra.

A nível de sector, de referir:

- O elevado número de entidades no mesmo tipo de atividade;
- A diminuição do apoio por parte do Estado;
- O aumento de pessoas que recorrem a este tipo de instituições.

Tendo em conta o contexto económico e social, a instituição apresenta no ano 2019 um bom desempenho.

Factos relevantes ocorridos no período

No período não ocorreu facto relevante, que tenha gerado impacto considerável no desempenho e na situação global da entidade.

Evolução da atividade

A entidade, durante o ano 2019, desenvolveu as seguintes valências:

- Apoio domiciliário;

- Centro de dia,

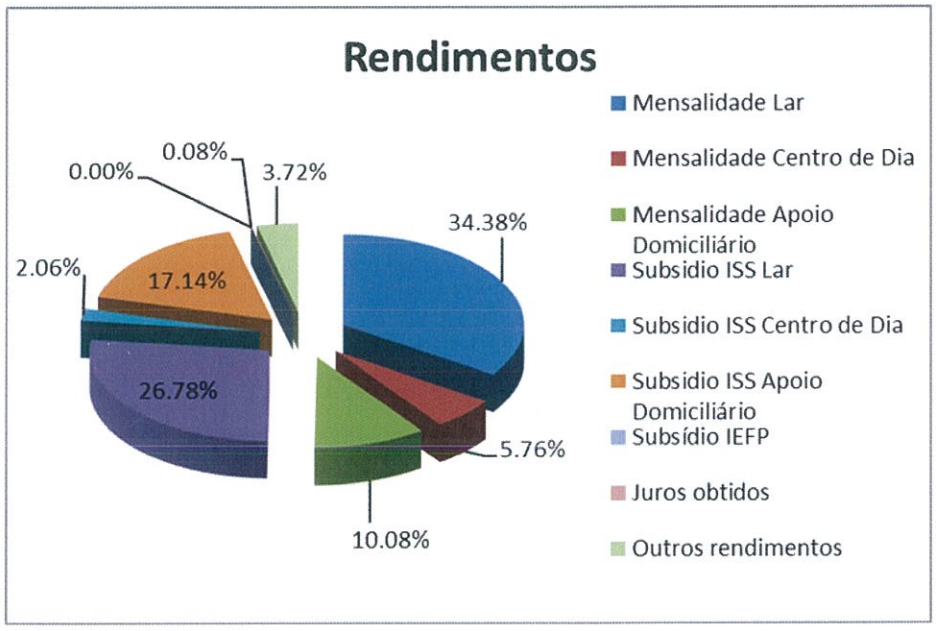
- Lar.

Em relação aos rendimentos obtidos no ano 2019, salienta-se:

- Na valência apoio domiciliário, prestou apoio a 49 utentes, tendo auferido o valor de mensalidades de utentes de 69.820,70€, e apoio do Centro Regional da Segurança social de 118.705,70 €. Em relação ao ano 2018, o número médio de utentes manteve-se e o valor das mensalidades pagas pelos utentes e apoio do Centro Regional da Segurança Social diminuiu acentuadamente.

- Na valência centro de dia, prestou apoio a 10 utentes, tendo auferido o valor de mensalidades de utentes de 39.873.83€, e apoio do Centro Regional da Segurança social de 14.300,73€. Em relação ao ano 2018, manteve-se o número médio de utentes, aumentou o valor das mensalidades pagas pelos utentes em 23.656,13€, e aumentou o apoio do Centro Regional da Segurança Social em 1.233,93€.

- Na valência lar, prestou apoio a 42 utentes, tendo auferido o valor de mensalidades de utentes de 238.145,78€, e apoio do Centro Regional da Segurança Social de 185.531,68€. Em relação ao ano 2018, aumentou o número médio de utentes, aumentou o valor das mensalidades pagas pelos utentes em 15.441,78€, e um aumento do apoio do Centro Regional da Segurança Social de 72.274,45€.



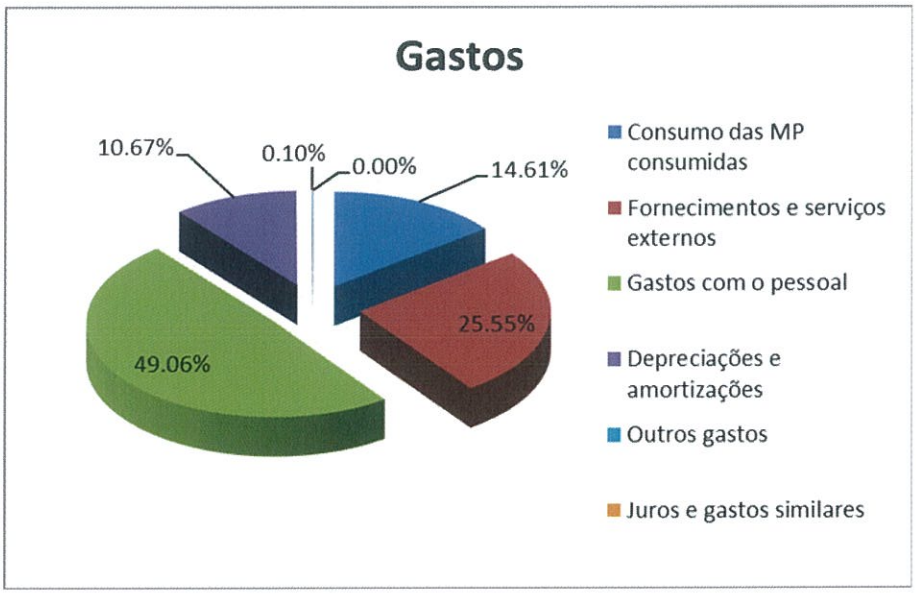
Em relação aos gastos no ano 2019, de referir que:

- Custo das matérias-primas, subsidiárias e de consumo consumidas teve uma diminuição de 2.681,27€, em relação ao ano 2018;

- Fornecimentos e serviços externos teve um aumento de 32.644,47€, em relação ao ano 2018;

- Gastos com o pessoal teve um aumento de 25.645,60€, em relação ao ano 2018;

- Depreciações e amortizações ocorreu um aumento de 3.335,35€, em relação ao ano 2018.



Numa análise geral, o valor global de rendimentos teve uma diminuição de 75.124,10€. O valor global de gastos teve um aumento de 56.709,05€.

A nível qualitativo, de referir a qualidade dos serviços prestados pela instituição.

Política de Investimentos

No presente ano, a instituição procedeu ao seguinte investimento:

- Equipamento básico, no valor de 12.062,89€;

- Outros Ativos Fixos Tangíveis, no valor de 2.569,50€;

- Edifícios e outras construções, no valor de 7.461,41€.

Ainda beneficiou da Doação de dois imóveis no valor de 20.485,95€ (2 imóveis urbanos) e no valor de 3.786,79€ (Rústicos), ainda foram concluídas obras em curso no valor de 18.489,83€.

Recursos humanos

A instituição no ano 2019 teve o número médio de 26 colaboradores, tendo aumentado o número médio de postos de trabalho, comparativamente com o ano anterior.

Os gastos com o pessoal no ano 2019 ascenderam ao montante de 293.585,92€.

Situação patrimonial

A posição económico-financeira da entidade é estável, sendo uma instituição sólida a nível financeiro.

De referir que uma das principais fontes de financiamento da entidade é a comparticipação do Centro Regional da Segurança Social.

Numa breve análise financeira, importa salientar os seguintes rácios:

- A autonomia financeira da instituição é de 93,33%. No ano 2018 era de 94,89%.

- A rentabilidade dos fundos patrimoniais é de 15,72%. No ano 2018 era de 10,43%.

- A liquidez geral é de 415,25%. No ano 2018 era de 320,79%.

Principais riscos e incertezas

Em relação aos riscos e incertezas, à data de elaboração do presente relatório, nada a descrever.

Situação contributiva e fiscal

A instituição não está em mora por quaisquer dívidas à Administração Fiscal e/ou à Segurança Social.

Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.

Evolução previsível da entidade

A instituição, e tendo em conta a evolução da atividade nos primeiros meses do ano, prevê que no ano 2020 o nível de atividade operacional vai ser idêntico ao do ano 2019.

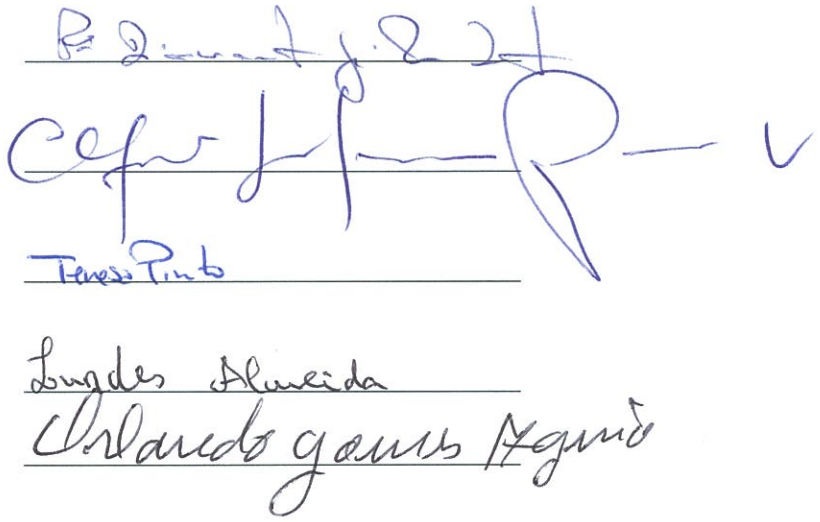
Aplicação dos resultados

A Direção propõe que o resultado líquido do exercício, positivo, no montante de 94.367,56 € (noventa e quatro mil, trezentos e sessenta e sete euros e cinquenta e seis cêntimos), acumule a resultados transitados, e seja dada a seguinte aplicação:

- Para reservas livres: 94.367,56 €.

Ferreirim, _____de _____ de 2020

A Direção,



Livro de Atas

Direção do Centro Social e Paroquial de Ferreirim

----------Aos vinte e dois dias do mês de Junho do ano de dois mil e vinte, reuniu na sua sede Social, na localidade de Ferreirim, a Direção do Centro social e Paroquial de Ferreirim, possuidor do cartão de Pessoa Coletiva número 501936513,sob a Presidência do senhor Padre Diamantino José Pereira Duarte, por convocatória datada de 15 de Junho de 2020, arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas, estando presentes os restantes Membros da Direção, senhores João António Pereira da Silva, Orlando Gomes Aguiar, Lurdes São José Marques Duarte Almeida e Teresa de Jesus Paulo Pinto, com o objetivo de discutir e votar as contas de gerência do ano de dois mil e dezanove. ----------

----------As referidas contas apresentavam os seguintes valores: ----------

----------Demonstração de Resultados: ----------

----------Total de rendimentos: 692.759,32€----------

----------Total de gastos: 598.391,76€----------

----------Resultado líquido positivo 94.367,56 €----------

----------Colocadas à discussão, e votação a Direção deliberou por unanimidade aprovar as contas da gerência de dois mil e dezanove. ----------

----------Deliberou ainda, por unanimidade remeter as presentes contas ao Conselho Fiscal para o competente parecer, e em seguida à Assembleia-geral para aprovação. ----------

----------Mais deliberou por unanimidade que o resultado líquido do presente exercício fosse acumulado em resultados transitados e assim distribuídos: ----------

----------Para reforço de reservas livres: 94.367,56€.----------

----------E não havendo nada mais a tratar, o senhor Presidente deu por encerrada a reunião da qual se lavrou a, presente ata que depois de lida em voz alta foi aprovada por unanimidade e vai ser devidamente assinada para provocar efeitos imediatos. ----------

O Presidente da Direção _____

O Vice-presidente _____

O Tesoureiro _____

1ª Secretário Lurdes Almeida

2º Secretário Orlando G. Aguiar

Livro de Atas

Conselho Fiscal do Centro Social e Paroquial de Ferreirim

----------Aos seis dias do mês de julho do ano **de dois mil e vinte, reuniu** na sua sede Social, na localidade de Ferreirim, o Conselho Fiscal do Centro Social e Paroquial de Ferreirim, possuidora do cartão de Pessoa Coletiva número 501936513, sob a Presidência do senhor José Duarte Marques, por convocatória datada de 29 de junho **de 2020**, arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas, estando presentes os restantes vogais do conselho fiscal, senhores Julião Aguiar Pinheiro e António de Jesus Chaves, para dar parecer sobre as contas de gerência do ano **de dois mil e dezanove.** ----------

----------As referidas contas apresentavam os seguintes valores: ----------

----------**Demonstração de Resultados:** ----------

----------**Total de rendimentos: 692.759,32€**----------

----------**Total de gastos: 598.391,76€**----------

----------**Resultado líquido positivo: 94.367,56 €**----------

----------Colocadas à discussão, e votação o conselho fiscal deliberou por unanimidade dar parecer favorável às contas da **gerência de dois mil e dezanove.** ----------

----------E não havendo nada mais a tratar, o senhor Presidente deu por encerrada a reunião da qual se lavrou a, presente ata que depois de lida em voz alta foi aprovada por unanimidade e vai ser devidamente assinada para provocar efeitos imediatos. ----------

O Presidente do Conselho Fiscal

Os Vogais

Livro de Atas

Da Assembleia-geral do Centro Social e Paroquial de Ferreirim

----------Aos vinte dias de julho do ano de dois mil e vinte, reuniu na sua sede Social, na localidade de Ferreirim, a Assembleia-geral do Centro Social e Paroquial de Ferreirim, que possui o cartão de pessoa Coletiva nº 501936513, sob a Presidência da senhora Sónia Cristina Beselga Gomes Guterres, por convocatória datada de 13 de julho de 2020, arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas. A referida convocatória prévia, que em segunda convocatória a reunião se realizasse passados trinta minutos, se à primeira não estivessem presentes o número mínimo de sócios necessários, para o efeito.----------
----------Para além do senhor Presidente, a mesa era constituída pelas senhoras Lurdes Conceição Santos e Célia Maria Santos Silva Fernandes, na qualidade respetivamente de secretário e de escrutinador. ----------
----------Assim, depois de verificado, que não estava presente à reunião o número mínimo de sócios foi a sessão iniciada passados trinta minutos com os sócios presentes na sala, conforme previa a convocatória.----------
----------ORDEM DE TRABALHOS:----------
----------Discussão e votação das contas de gerência do exercício de 2019. ----------
----------O senhor Presidente verificou que as referidas contas de gerência foram aprovadas em reunião da Direção de 4 de Março de 2020, e que possuíam parecer favorável do Conselho Fiscal, datado de 22 de junho de 2020, e deste facto deu conhecimento à Assembleia.----------
----------As referidas contas apresentavam os seguintes valores:
----------Demonstração de Resultados: ----------
----------Total de rendimentos: 692.759,32€----------
----------Total de gastos: 598.391,76€----------
----------Resultado líquido positivo: 94.367,56 €----------
----------Colocadas à discussão e votação, a Assembleia-geral deliberou por unanimidade, aprovar as contas referentes ao exercício de 2019. ----------
----------Mais deliberou por unanimidade que o líquido do presente exercício fosse acumulado em resultados transitados e assim distribuídos: ----------
----------Para reforço de reservas livres – 94.367,56 €----------
----------E não havendo nada mais a tratar, o senhor Presidente deu por encerrada a cessão da qual se lavrou a, presente ata que depois de lida em voz alta foi aprovada por unanimidade e vai ser devidamente assinada para provocar efeitos imediatos. ----------

O Presidente da Assembleia-geral Sónia Cristina Beselga Gomes Guterres

O Secretário Lurdes da Conceição S. Santos

Escrutinador Célia Maria Santos Silva Fernandes